Bancos acham ilegal

Economia

quinta-feira, 26/2/87 □ 1º caderno □ 17

condicionar pagamento de juros

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Grande parte dos bancos credores privados do Brasil acha que a decisão brasileira de suspender os pagamentos aos bancos que se recusarem a manter linhas de crédito a curto prazo para o país é ilegal, porque viola contratos assinados pelo Brasil nos últimos anos. No encontro que teve com o diretor da área externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, na terça-feira, o comitê de bancos credores privados do Brasil deixou clara sua surpresa com a atitude brasileira.

A decisão do governo foi anunciada num telex enviado a todos os bancos credores no início da semana, tendo em vista os sinais de que um grande número deles planejava não renovar essas linhas de crédito.

Num montante pouco superior a 15 bilhões de dólares, essas linhas de crédito são essenciais para financiar o comércio exterior brasileiro bem como as filiais de bancos do país no

exterior. Tendo em vista que muitas dessas linhas vencem todos os dias, são pagas e depois renovadas pelos bancos, caso a renovação não ocorresse, o Brasil sentiria em poucas semanas os efeitos da retração.

O cancelamento dessas linhas pelos credores externos é um dos maiores riscos assumidos pelo governo Sarney com a suspensão dos pagamentos dos juros da sua dívida de longo prazo aos bancos comerciais.

Quando cada uma dessas linhas vence, o governo brasileiro faz o pagamento total do principal e dos juros devidos e imediatamente, ou dois ou três dias depois, nova linha é aberta, no mesmo montante. Os bancos cujos clientes têm negócios de importação e exportação com o Brasil geralmente estão dispostos a mantê-las, visto que há produtos garantindo seu dinheiro.

A situação é diferente, contudo, no que diz respeito ao financiamento das agências de bancos brasileiros no exterior. As linhas de crédito esten-

didas vários anos atrás a essas agências deveriam durar apenas alguns dias e eram atraentes porque rendiam as melhores taxas de risco então disponíveis no mercado. Até 1982, quando elas foram inicialmente estendidas, essas agências eram consideradas sólidas.

A partir da crise da dívida, contudo, os bancos pequenos que haviam estendido essas linhas têm procurado conseguir de volta seus recursos para colocá-los em suas próprias comunidades ou em investimentos que consideram mais seguros. As pressões dos governos brasileiro e dos países desses bancos, juntamente com as grandes instituições bancárias, têm impedido que eles cancelem as linhas. A partir desta semana, o caráter relativamente voluntário dessas linhas mudou com a ameaça de suspensão dos pagamentos pelo Brasil.

O representante do Banco Central estava, ontem, à espera de instruções de Brasília para responder aos bancos.